

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO – POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MAIOR DESCONTO

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E
IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS MECÂNICAS, EDÁFICAS E VEGETATIVAS PARA
REVITALIZAÇÃO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NOS ESTADOS DE ALAGOAS,
AMAPÁ, BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, PARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO,
PIAUÍ, SERGIPE, TOCANTINS E NO DISTRITO FEDERAL, NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA
CODEVASF.**

NOVEMBRO/2024

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	6
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	13
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	25
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	26
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	28
7.	CONSÓRCIO	28
8.	SUBCONTRATAÇÃO.....	29
9.	VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS.....	29
10.	PROPOSTAS FINANCEIRAS	30
11.	ORÇAMENTO PÚBLICO.....	33
12.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	34
13.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	40
14.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	42
15.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	43
16.	REAJUSTAMENTO	46
17.	MULTAS	46
18.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	48
19.	FISCALIZAÇÃO.....	49
20.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.....	52
21.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	54
22.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	54
23.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	57
24.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	64
25.	MATRIZ DE RISCOS	65
26.	CONDIÇÕES GERAIS.....	66
27.	ANEXOS	67

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de edital, apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para a contratação de **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS MECÂNICAS, EDÁFICAS E VEGETATIVAS PARA REVITALIZAÇÃO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NOS ESTADOS DE ALAGOAS, AMAPÁ, BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, PARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PIAUÍ, SERGIPE, TOCANTINS E NO DISTRITO FEDERAL, NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF,** conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados:

Quadro 1 - Itens a licitar e respectivos códigos CATSER

CATSER	Itens	Serviços	Un
21.334	1; 22; 44; 66; 88; 110; 132; 154; 176; 197; 218	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²
16.888	2; 23; 45; 67; 89; 111; 133; 155; 177; 198; 219	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.
16.888	3; 24; 46; 68; 90; 112; 134; 156; 178; 199; 220	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.
16.888	4; 25; 47; 69; 91; 113; 135; 157; 179; 200; 221	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.
16.888	5; 26; 48; 70; 92; 114; 136; 158; 180; 201; 222	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.
16.888	6; 27; 49; 71; 93; 115; 137; 159; 181; 202; 223	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.
16.888	7; 28; 50; 72; 94; 116; 138; 160; 182; 203; 224	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha
930	8; 29; 51; 73; 95; 117; 139; 161; 183; 204; 225	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha
930	9; 30; 52; 74; 96; 118; 140; 162; 184; 205; 226	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha
922	10; 31; 53; 75; 97; 119; 141; 163; 185; 206; 227	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km
15.954	11; 32; 54; 76; 98; 120; 142; 164; 186; 207; 228	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km
1.848	12; 33; 55; 77; 99; 121; 143; 165; 187; 208; 229	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.
1.848	13; 34; 56; 78; 100; 122; 144; 166; 188; 209; 230	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.
1.848	14; 35; 57; 79; 101; 123; 145; 167; 189; 210; 231	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.
1.848	15; 36; 58; 80; 102; 124; 146; 168; 190; 211; 232	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.
15.962	37; 59; 81; 103; 125; 147; 169	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km
15.962	16; 38; 60; 82; 104; 126; 148; 170; 191; 212; 233	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km

(continua)

Quadro 1 - Itens a licitar e respectivos códigos CATSER (Continuação...)

CATSER	Itens	Serviços	Un
15.954	17; 39; 61; 83; 105; 127; 149; 171; 192; 213; 234	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha
15.954	18; 40; 62; 84; 106; 128; 150; 172; 193; 214; 235	CALAGEM DE SOLO	ha
15.954	19; 41; 63; 85; 107; 129; 151; 173; 194; 215; 236	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha
13.196	20; 42; 64; 86; 108; 130; 152; 174; 195; 216; 237	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha
13.196	21; 43; 65; 87; 109; 131; 153; 175; 196; 217; 238	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda

1.2. No quadro abaixo podem ser visualizadas as justificativas para o uso dos respectivos CATSER de cada atividade.

Quadro 2 - Justificativas para uso dos códigos CATSER

CATSER	SERVIÇOS	JUSTIFICATIVAS
21.334	Instalação / Manutenção - Placa de Identificação	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL São placas de obra e placas de sensibilização ambiental
16.888	Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA Se tratam de estudos do meio físico de recursos naturais/ meio ambiente
16.888	Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO Se tratam de estudos do meio físico de recursos naturais/ meio ambiente
16.888	Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL Se tratam de estudos do meio físico de recursos naturais/ meio ambiente
16.888	Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO Se tratam de estudos do meio físico de recursos naturais/ meio ambiente
16.888	Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO Se tratam de estudos do meio físico de recursos naturais/ meio ambiente
16.888	Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO Se tratam de estudos do meio físico de recursos naturais/ meio ambiente
930	Aerofotogrametria	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha Se tratam dos mesmos serviços
930	Aerofotogrametria	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha Se tratam dos mesmos serviços
922	Topografia de Áreas	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA Serviço topográfico
15.954	Agricultura - Preparação / Plantio / Colheita	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL São práticas mecânicas (preparação do solo) de conservação de solo e água utilizadas nas lavouras e pastagens
1.848	Obras Civas - Barragens de Terra	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO) São pequenas barragens de terra estabelecidas em drenagens efêmeras para captação e infiltração de enxurradas

Quadro 3 - Justificativas para uso dos códigos CATSER (Continuação...)

CATSER		SERVIÇOS	JUSTIFICATIVAS
1.848	Obras Civas - Barragens de Terra	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	São pequenas barragens de terra estabelecidas em drenagens efêmeras para captação e infiltração de enxurradas
1.848	Obras Civas - Barragens de Terra	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	São pequenas barragens de terra estabelecidas em drenagens efêmeras para captação e infiltração de enxurradas
1.848	Obras Civas - Barragens de Terra	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	São pequenas barragens de terra estabelecidas em drenagens efêmeras para captação e infiltração de enxurradas
15.962	Agricultura - Instalação / Manutenção de Cerca	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	São cercas a serem construídas em propriedades rurais atenuando o impacto ambiental das atividades agropecuárias sobre as áreas ambientalmente vulneráveis e prioritárias para a conservação
15.962	Agricultura - Instalação / Manutenção de Cerca	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	São cercas a serem construídas em propriedades rurais atenuando o impacto ambiental das atividades agropecuárias sobre as áreas ambientalmente vulneráveis e prioritárias para a conservação
15.954	Agricultura - Preparação / Plantio / Colheita	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	Práticas mecânicas (preparação do solo) de conservação de solo e água utilizadas nas lavouras e pastagens
15.954	Agricultura - Preparação / Plantio / Colheita	CALAGEM DE SOLO	Preparo de solo
15.954	Agricultura - Preparação / Plantio / Colheita	ADUBAÇÃO DE SOLO	Preparo de solo
13.196	Recuperação de Ecossistema Agredido	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	Prática vegetativa de recuperação de área degradada
13.196	Recuperação de Ecossistema Agredido	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	Prática vegetativa de recuperação de área degradada

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

- 2.1. Neste termo de referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:
- 2.2. **ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL** – Unidade da administração superior da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, na qual estão inseridas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços objetos deste Termo de Referência. Responsável pela definição de diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias; coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e da sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias; desenvolvimento de projetos e ações de apoio a arranjos e atividades produtivas; e gestão dos resultados gerados na revitalização das bacias.
- 2.3. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – instrumento firmado entre o órgão licitador e a empresa que participou da disputa licitatória e que tenha sido classificada, onde assumem compromissos para o fornecimento de bens e serviços, em conformidade com as condições, preços e prazos registrados no SRP – sistema de registro de preços.
- 2.4. **CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.
- 2.5. **CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.
- 2.6. **CONTRATO** – Documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambos com relação aos serviços.
- 2.7. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

- 2.8. **DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o edital, termo de referência, projeto básico (projetos tipo e especificações técnicas), desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.
- 2.9. **EDITAL** – Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as condições de participação e o critério de julgamento adotado.
- 2.10. **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os insumos e os procedimentos de execução a serem adotados nos serviços.
- 2.11. **FISCAL** – Funcionário da Codevasf formalmente designado que irá atuar na fiscalização do contrato a ser firmado com as licitantes com as quais a Codevasf firmou a ata de registro de preços – ARP.
- 2.12. **GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – empregado da Codevasf formalmente designado responsável por gerenciar a ata de registro de preços durante seu período de validade.
- 2.13. **LICITANTE** – Empresa que participa do certame licitatório.
- 2.14. **PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DOS SERVIÇOS - PCAS** – ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de execução dos serviços de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na área diretamente afetada – ADA dos serviços de engenharia. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental dos serviços de engenharia. Como objetivos específicos:
- 2.14.1. Executar os serviços de engenharia de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- 2.14.2. Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;

- 2.14.3. Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários dos serviços de engenharia;
- 2.14.4. Evitar interferências negativas, das atividades nos serviços de engenharia e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.
- 2.15. **PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.
- 2.16. **PROJETO DE ENGENHARIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço de engenharia e sendo fornecido juntamente com a ordem de serviço.
- 2.17. **RELATÓRIO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA** – Documento a ser emitido pela contratada mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.
- 2.18. **REUNIÃO DE PARTIDA (“START UP”)** – Reunião com as partes envolvidas, contratada, Codevasf e contratados, onde se definem todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução dos serviços de engenharia.
- 2.19. **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** - procedimento especial de licitação, que se efetiva por meio de um pregão, único do gênero, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração.
- 2.20. **SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- 2.21. **TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem executados, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia da atividade, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.
- 2.22. **COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT):** É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.
- 2.23. **CONTRATANTE:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada Codevasf.
- 2.24. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:** representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado CRONOGRAMA.
- 2.25. **DIÁRIO DE OBRA:** É uma espécie de memorial da obra ou serviços de engenharia, onde são descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os serviços feitos, os equipamentos utilizados - e por quantas horas -, as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução de serviços, falhas nos equipamentos, etc.
- 2.26. **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES OU SUPLEMENTARES:** Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.
- 2.27. **DOCUMENTOS DE CONTRATO:** Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

- 2.28. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (ET):** Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:
- 2.28.1. Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra, regime de execução da obra, fiscalização, recebimento da obra, modificações de projeto, discriminação dos serviços. Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- 2.28.2. Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra em questão).
- 2.28.3. Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.
- 2.29. **FISCALIZAÇÃO:** Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.
- 2.30. **IRP- INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:** instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.
- 2.31. **MATRIZ DE RISCO:** Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 2.31.1. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- 2.31.2. Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- 2.31.3. Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

- 2.32. **NOTA DE EMPENHO (NE):** documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.
- 2.33. **ORDEM DE SERVIÇO (OS):** documento formal emitido pela Codevasf com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.
- 2.34. **OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:** São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.
- 2.35. **PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA:** Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.
- 2.36. **PLANILHA DE CUSTOS DA PROPONENTE:** Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.
- 2.37. **PLANO DE TRABALHO (PT):** Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.
- 2.38. **PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DA OBRA (PGA):** consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras ou serviços de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra ou serviços de engenharia. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra ou serviços de engenharia. Como objetivos específicos:
- 2.38.1. Executar a obra ou serviços de engenharia de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;

- 2.38.2. Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- 2.38.3. Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra ou serviços de engenharia;
- 2.38.4. Evitar interferências negativas, das atividades na obra ou serviços de engenharia e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.
- 2.39. **PROJETO BÁSICO:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- 2.39.1. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- 2.39.2. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços de engenharia e montagem;
- 2.39.3. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- 2.39.4. Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- 2.39.5. Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- 2.40. **PROJETO EXECUTIVO** – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 2.41. **PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

- 2.42. **RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RPS):** Documento a ser emitido pela CONTRATADA com periodicidade definida pela Codevasf, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.
- 2.43. **RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO (RAM):** documento formal emitido pela Codevasf que representa o termo circunstanciado para efeito de recebimento e aprovação dos produtos, serviços ou obras elaboradas pela CONTRATADA.
- 2.44. **RELATÓRIO DE OBRAS/SERVIÇOS** – Documento a ser emitido pela CONTRATADA mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.
- 2.45. **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF** localizada no município de Brasília - DF no seguinte endereço: SGAN 601 Módulo I, Edifício Deputado Manoel Novaes - Asa Norte/ CEP: 70830-019, Brasília – DF/ Fone: (61) 2028-4611.
- 2.46. **SERVIÇOS SIMILARES:** serviços de mesma natureza e complexidade igual ou superior.
- 2.47. **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP:** Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao serviço licitado, para contratações futuras.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

- 3.1. Forma de Realização: Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços.
- 3.2. O Regime de Execução: execução por preços unitários.
- 3.3. Os serviços serão executados em municípios diversos das bacias hidrográficas de Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Sergipe e no Distrito Federal, dentro da área de atuação da Codevasf, definida pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e suas alterações.
- 3.4. A Codevasf prioriza a concentração das ações em microbacias ambientalmente vulneráveis, importantes para o abastecimento público e para os usos múltiplos da água, para que os efeitos sejam mais perceptíveis e os locais se tornem projetos pilotos a serem tomados como referências para que produtores rurais e governos municipais das microrregiões beneficiadas adotem essas técnicas conservacionistas em suas áreas.

- 3.5. Modo de Disputa: Aberto.
- 3.6. Validade da ATA: 12 (doze) meses.
- 3.7. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário
- 3.8. Valor estimado: Público.
- 3.9. Critério de Julgamento: Maior desconto linear em todos os itens de cada grupo.
- 3.10. Intervalo mínimo entre os lances: 0,5 % (zero ponto cinco percentual), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Quadro 4: Grupo 1 – Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do Distrito Federal e do estado de Goiás

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
1		DF-GO		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
1	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	72
2	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	40
3	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	80
4	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	116
5	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	50
6	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	50
7	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	1.000
8	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	250
9	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	1.750
10	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	184
11	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	184
12	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	696
13	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	1.372
14	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	336
15	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	112
16	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	105
17	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	342
18	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	80
19	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	80
20	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	100
21	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	107.757

Quadro 5: Grupo 2 - Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
2		MG		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
22	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	90
23	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	60
24	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	120
25	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	175
26	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	75
27	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	75
28	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	1.500
29	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	375
30	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	2.625
31	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	276
32	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	276
33	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	1.045
34	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	2.060
35	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	505
36	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	165
37	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	21
38	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	137
39	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	511
40	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	120
41	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	120
42	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	150
43	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	161.635

Quadro 6: Grupo 3 - Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado da Bahia

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
3		BA		
Item	CATSE R	Serviços	Und.	Quant.
44	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	54
45	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	30
46	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	60
47	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	87
48	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	29
49	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	29
50	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	750
51	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	143
52	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	1.358
53	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	138
54	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	138
55	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	522
56	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	1.029
57	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	252
58	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	84
59	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	37
60	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	42
61	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	256
62	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	60
63	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	60
64	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	75
65	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	48.491

Quadro 7: Grupo 4 – Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado de Sergipe

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
4		SE		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
66	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	54
67	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	30
68	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	60
69	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	87
70	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	38
71	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	38
72	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	750
73	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	188
74	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	1.313
75	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	138
76	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	138
77	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	522
78	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	1.029
79	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	252
80	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	84
81	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	11
82	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	69
83	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	256
84	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	60
85	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	60
86	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	75
87	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	80.818

Quadro 8: Grupo 5 - Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado de Alagoas e Pernambuco

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
5		AL-PE		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
88	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	72
89	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	32
90	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	60
91	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	88
92	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	33
93	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	33
94	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	750
95	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	165
96	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	1.335
97	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	138
98	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	138
99	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	524
100	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	1.032
101	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	252
102	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	84
103	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	11
104	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	69
105	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	257
106	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	60
107	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	60
108	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	75
109	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	64.654

Quadro 9: Grupo 6 - Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado da Paraíba

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
6		PB		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
110	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	54
111	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	21
112	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	42
113	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	60
114	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	22
115	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	22
116	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	500
117	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	110
118	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	890
119	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	92
120	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	92
121	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	348
122	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	687
123	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	168
124	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	57
125	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	7
126	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	46
127	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	172
128	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	40
129	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	40
130	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	50
131	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	43.103

Quadro 10: Grupo 7 - Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas dos estados do Piauí

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
7		PI		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
132	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	36
133	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	30
134	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	60
135	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	86
136	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	29
137	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	29
138	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	750
139	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	143
140	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	1.358
141	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	138
142	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	138
143	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	522
144	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	1.030
145	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	252
146	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	84
147	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	11
148	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	69
149	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	257
150	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	60
151	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	60
152	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	75
153	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	48.491

Quadro 11: Grupo 8 – Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas dos estados do Maranhão

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
8		MA		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
154	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	72
155	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	40
156	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	80
157	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	116
158	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	44
159	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	44
160	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	1.000
161	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	220
162	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	1.780
163	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	184
164	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	184
165	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	696
166	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	1.372
167	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	336
168	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	112
169	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À CAPRINOVINOCULTURA	km	14
170	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	91
171	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	342
172	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	80
173	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	80
174	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	100
175	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	86.205

Quadro 12: Grupo 9 – Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado do Amapá

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
9		AP		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
176	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	36
177	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	20
178	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	40
179	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	58
180	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	22
181	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	22
182	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	500
183	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	110
184	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	890
185	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	92
186	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	92
187	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	348
188	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	686
189	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	168
190	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	56
191	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	53
192	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	171
193	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	40
194	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	40
195	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	50
196	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	43.103

Quadro 13: Grupo 10 – Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado do Pará

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
10		PA		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
197	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	36
198	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	20
199	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	40
200	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	58
201	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	19
202	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	19
203	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	500
204	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	95
205	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	905
206	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	92
207	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	92
208	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	348
209	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	686
210	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	168
211	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	56
212	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	53
213	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	171
214	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	40
215	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	40
216	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	50
217	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	32.327

Quadro 14: Grupo 11 – Itens a serem licitados para ações de recuperação hidroambiental nas bacias hidrográficas do estado de Tocantins

Grupo		PLANILHA DE ITENS E QUANTITATIVOS POR GRUPO		
11		TO		
Item	CATSER	Serviços	Und.	Quant.
218	21.334	PLACAS DE OBRA E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	m²	36
219	16.888	PEDOLOGIA - ABERTURA, ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE TRINCHEIRA	unid.	20
220	16.888	PEDOLOGIA - SONDAGEM A TRADO	unid.	40
221	16.888	PEDOLOGIA - TESTE DE CONDUTIVIDADE HIDRÁULICA VERTICAL	unid.	58
222	16.888	ANÁLISE GRANULOMÉTRICA DO SOLO	unid.	19
223	16.888	ANÁLISE DE FERTILIDADE DE SOLO	unid.	19
224	16.888	ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	500
225	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ATÉ 100 ha	ha	95
226	930	AEROLEVANTAMENTO DE ÁREAS ENTRE 100 E 1.000 ha	ha	905
227	922	LOCAÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL COM TOPOGRAFIA	km	92
228	15.954	CONSTRUÇÃO DE TERRAÇOS EM NÍVEL	km	92
229	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (4 METROS DE RAIO)	unid.	348
230	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (6 METROS DE RAIO)	unid.	686
231	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (9 METROS DE RAIO)	unid.	168
232	1.848	CONSTRUÇÃO DE BARRAGINHAS (12 METROS DE RAIO)	unid.	56
233	15.962	CERCAMENTO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE VULNERÁVEIS À BOVINOCULTURA	km	53
234	15.954	DESCOMPACTAÇÃO DE SOLO	ha	171
235	15.954	CALAGEM DE SOLO	ha	40
236	15.954	ADUBAÇÃO DE SOLO	ha	40
237	13.196	PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	ha	50
238	13.196	ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %	muda	32.327

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços objeto deste Edital serão executados em diversos municípios dos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, na área de atuação da Codevasf, conforme pode ser verificado na figura a seguir.

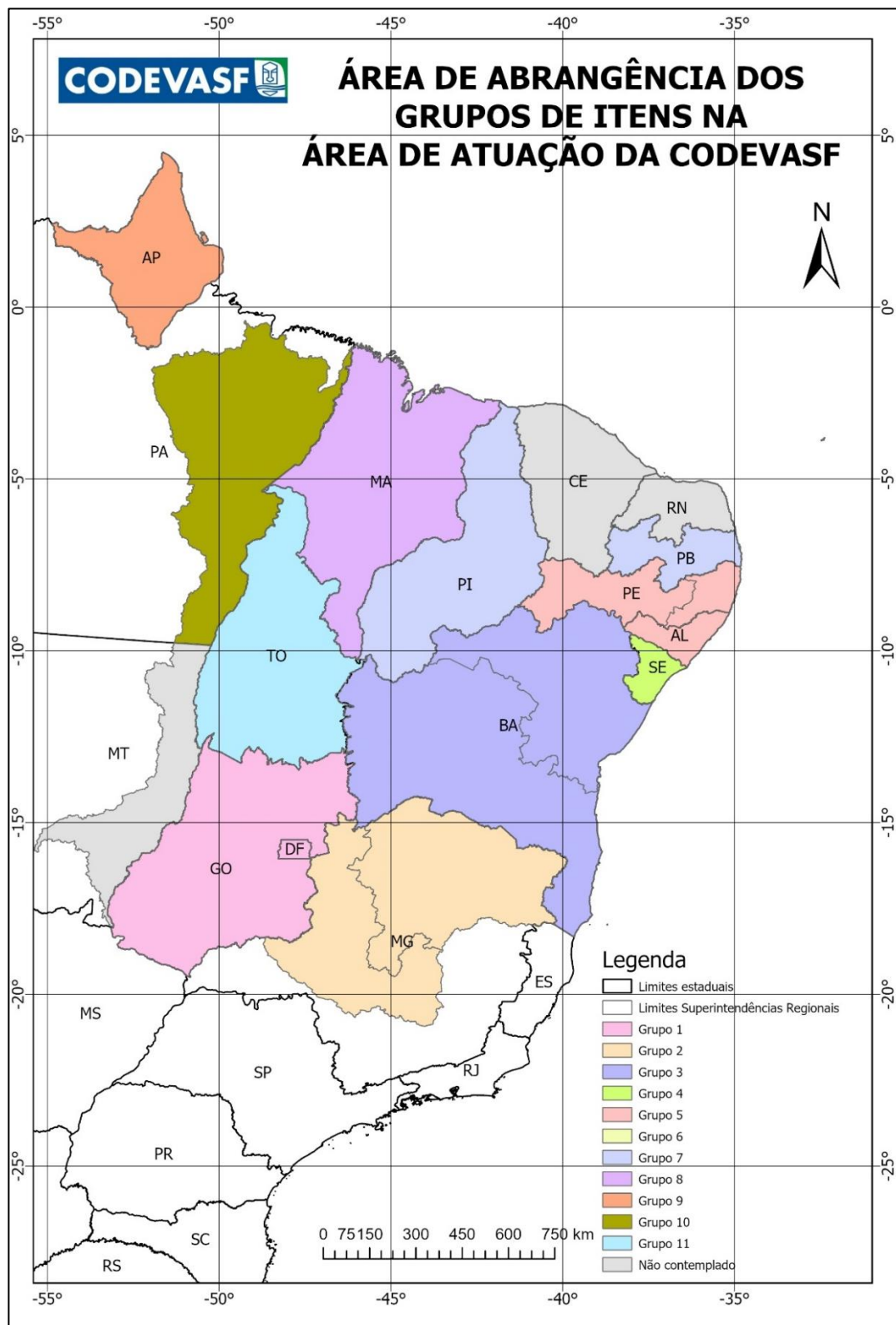


Figura 1: Áreas de abrangência dos Grupos de Itens a serem licitados

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços ora licitados são aqueles cuja especificação técnica e quantitativos estão descritos na planilha de custos do orçamento de referência (anexo IV) e seu detalhamento (anexo V) integrantes deste termo de referência, a serem observados criteriosamente pelas Licitantes.
- 5.2. A Codevasf repassará, quando da emissão das ordens de serviços, o diagnóstico com a localização dos serviços e serem executados para marcação e implantação das ações pela empresa a ser contratada.
- 5.3. A contratada não poderá alterar a locação das intervenções sem a autorização da Codevasf, sob pena de refazer os serviços.
- 5.4. O escopo dos serviços, objeto deste TR, é a realização de serviços de implantação de práticas mecânicas, edáficas e vegetativas para revitalização de microbacias hidrográficas nos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, na área de atuação da CODEVASF, conforme quantitativos estimados na planilha de custos e abaixo discriminados:
 - a) Placas de obra e sensibilização ambiental
 - b) Pedologia - abertura, análise e descrição de trincheira
 - c) Pedologia - sondagem a trado
 - d) Pedologia - teste de condutividade hidráulica vertical
 - e) Análise granulométrica do solo
 - f) Análise de fertilidade de solo
 - g) Análise de compactação de solo
 - h) Aerolevanteamento de áreas até 100 ha
 - i) Aerolevanteamento de áreas entre 100 e 1.000 ha
 - j) Locação de terraços em nível com topografia
 - k) Construção de terraços em nível
 - l) Construção de barraginhas (4 metros de raio)
 - m) Construção de barraginhas (6 metros de raio)
 - n) Construção de barraginhas (9 metros de raio)
 - o) Construção de barraginhas (12 metros de raio)
 - p) Cercamento de áreas ambientalmente vulneráveis à caprinovinocultura
 - q) Cercamento de áreas ambientalmente vulneráveis à bovinocultura
 - r) Descompactação de solo
 - s) Calagem de solo
 - t) Adubação de solo

- u) Plantio, monitoramento e manutenção de espécies vegetais herbáceas para recuperação de áreas degradadas
- v) Elaboração de PRAD, PRV ou PREV, plantio, monitoramento e manutenção por 24 meses de espécies vegetais arbustivas e arbóreas, com reposição de até 30 %

5.5. Os serviços aqui citados poderão ser realizados em qualquer município dentro dos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Sergipe e no Distrito Federal, apresentados na Figura 1 deste Termo de Referência.

5.6. As especificações técnicas bem como a descrição de cada serviço podem ser visualizadas no anexo VII Todos os serviços realizados devem atender às especificações técnicas contidas no referido anexo e caso algum não seja atendido, deve ser apresentada justificativa técnica detalhada ao fiscal do contrato.

5.7. Para efeitos contratuais, o valor mínimo a ser contratado por instrumento será de: R\$ 200.000,00.

5.8. O objeto do presente certame licitatório compreende, resumidamente, os seguintes serviços, cujo detalhamento segue no Projeto Básico (Projetos Tipo) e Especificações Técnicas:

5.9. Volumes Componentes

5.9.1. O Projeto Executivo deve ser composto dos volumes discriminados a seguir:

5.9.1.1. Volume 1 - Relatório de análise do Projeto Básico: Este volume deve conter a análise das ações locadas apresentadas no projeto básico, indicando as alterações necessárias, refinamento dos dimensionamentos a nível executivo e informações para a elaboração dos Projetos Executivos Individuais por Propriedade, o Plano de Execução da Obra e as Especificações pertinentes aos serviços a serem executados. Apresentado em tamanho A4.

5.9.1.2. Volume 2 - Projeto Executivo: Este volume deve conter plantas, listagens de serviços, projetos-tipo, seções transversais e demais informações de interesse para a execução do projeto. Apresentado em tamanho A3.

5.9.1.3. Volume 3 - Memória Justificativa: Este volume deve reunir todas as metodologias que possibilitaram a definição das soluções a serem adotadas para os diversos itens de serviços. Deve apresentar, também, todos os estudos realizados que, de alguma forma, orientaram as tomadas de decisões com relação às soluções adotadas. Neste volume também deve ser apresentado o croqui de locação, com as coordenadas, dos pontos de retirada de amostra para os ensaios. Apresentado em tamanho A4.

5.9.1.4. Volume 3A – Estudos Técnicos: Este volume deve reunir todas as informações de campo e de laboratório utilizadas no projeto. Apresentado em tamanho A4.

- 5.9.1.5. Volume 3B – Notas de Serviço e Cálculo de Comprimentos, Áreas, Volumes, Espaçamentos, outros: Este volume deve apresentar as Notas de Serviço e Cálculos utilizados nos projetos elaborados. Apresentado em tamanho A4.
- 5.9.1.6. Volume 4 - Orçamento e Plano de Execução da Obra: Este volume deve apresentar o plano de execução da obra, demonstrativo por item de quantidades, preços unitários e preços totais, além do preço total resultado do somatório de todos os itens. Apresentado em tamanho A4.
- 5.9.2. Os serviços serão dimensionados como PRODUTOS, definidos em CONTRATO (CT) específico, com respectiva(s) nota(s) de empenho de despesa, e com a definição e quantificação dos PRODUTOS vinculados aquele CONTRATO.
- 5.9.3. O dimensionamento de execução do CONTRATO será determinado pela Codevasf via Ordem de Serviço (OS), no qual constarão os PRODUTOS a serem executados, incluindo a planilha orçamentária (com respectivos quantitativos e preços), cronograma físico-financeiro, data de início e término dos serviços, e especificações técnicas detalhadas para a execução de um ou mais PRODUTOS.
- 5.9.4. Os PRODUTOS são passíveis de subdivisão ou agrupamento com anuência da Codevasf.
- 5.9.5. Nos anexos IV e V estão apresentadas as planilhas orçamentárias e cronograma Físico-Financeiro.
- 5.9.6. Todas as peças técnicas elaboradas pela CONTRATADA e entregues à CODEVASF deverão estar assinadas pelo responsável técnico e acompanhadas por uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitida pelo respectivo órgão ou conselho de cada responsável técnico, sejam essas peças técnicas: relatórios, projetos executivos, cartas, mapas e qualquer outro de caráter técnico (Art. 14 da Lei Nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, isoladas. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

7. CONSÓRCIO

- 7.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio.

8. SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços objeto deste TR, com anuência prévia da Codevasf. Poderão ser objeto de subcontratação **somente os serviços de topografia, aerolevantamento, locações de máquinas, realização de estudos pedológicos, análises de fertilidade e granulometria do solo, calagem de solo, adubação de solo, terraceamento em nível, construção de barraginhas e descompactação de solos.**
- 8.2. As regras e condições para subcontratação serão estabelecidas pelo edital em conformidade a legislação vigente e também devem seguir as regras de habilitação.

9. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 9.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 9.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 9.3. Será exigida a declaração de ciência que os serviços poderão ser executados em toda a área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Sergipe e no Distrito Federal, que será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.
- 9.4. A LICITANTE ao encaminhar a proposta, estará declarando que está ciente da abrangência dos municípios passíveis de execução dos serviços e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos/serviços.
- 9.5. Os custos de visita aos locais dos serviços de engenharia correrão por exclusiva conta da licitante.
- 9.6. Em caso de dúvidas sobre onde serão executados os objetos deste termo de referência ou realizar consultas, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com

a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da Codevasf, em Brasília-DF, através do número de telefone: (61) 2028-4680.

10. PROPOSTAS FINANCEIRAS

10.1. As Propostas Financeiras, deverão ser firmes e precisas, com clareza e sem rasuras, limitadas rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

10.2. Carta de Apresentação da Proposta prevista no edital deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, contendo o valor global ofertado pela licitante para a execução do objeto desta licitação, devidamente assinado pelo representante legal da licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:

10.2.1. Nome e endereço completo da licitante, e-mail, site, número de telefone, WhatsApp (se houver), CNPJ e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de a licitante ser a vencedora.

10.3. Documentos constituintes da proposta financeira

10.3.1. Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (anexo VI) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme as Planilhas de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Anexos IV e V), que são partes integrantes deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, nos quais deverá ser incidido linearmente o percentual de desconto ofertado pela licitante, conforme inciso II, § 4º do art. 54 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016.

10.3.2. Junto com a proposta, as Planilhas de Custos da Licitante deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;

10.3.3. As Planilhas de Custos da Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.

10.3.4. Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço num mesmo item (lote), no entanto, poderão ser oferecidos preços diferentes em itens (lotes) distintos.

10.3.5. A licitante de melhor proposta classificada deverá apresentar as composições de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba. As unidades de medida a serem utilizadas ao disponibilizar a proposta financeira para cada

item são as seguintes: Preço por metro quadrado de placa, unidade de abertura, análise e descrição de trincheira, por unidade de sondagem a trado, por unidade de teste de condutividade hidráulica vertical, por unidade de análise de fertilidade e granulometria de solo, por hectare objeto de análise de compactação do solo, por hectare objeto de aerolevanteamento de áreas até 100 ha, por hectare objeto de aerolevanteamento de áreas entre 100 e 1000 ha, por quilômetro de locação de terraços em nível com topografia, por quilômetro de terraço em nível construído, por unidade de barraginha com 4 metros de raio construída, por unidade de barraginha com 6 metros de raio construída, por unidade de barraginha com 9 metros de raio construída, por unidade de barraginha com 12 metros de raio construída, por metro de cerca construída, hectare objeto de calagem do solo, hectare objeto de adubação do solo, hectare objeto de descompactação do solo, hectare objeto de plantio, condução e manutenção de espécies vegetais herbáceas para recuperação de áreas degradadas, hectare objeto de plantio, condução e manutenção de espécies vegetais arbustivas e arbóreas para recuperação de áreas degradadas, incluso indiretamente nos custos a disponibilização de todos equipamentos nos locais dos serviços, frete, mobilização, desmobilização, deslocamentos de material e pessoal, guarda, topografia, marcação dos serviços e execução de roçadas, preparo do solo, adubação (se necessário, plantio e condução das plantas, bem como a administração local.

- 10.3.6. A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
- 10.3.7. A licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante. A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão de obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
- 10.3.8. No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;

- 10.3.9. As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.
- 10.3.10. Devido à padronização e serviços comuns, não precisará apresentar as composições de preços unitários para os serviços de cercamento, terraceamento, plantio e condução de plantas de cobertura e construção de bacias de captação, bem como das placas de serviços.
- 10.3.11. As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.

10.4. Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro DES) – Anexo III

Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.

10.5. Detalhamento do BDI (Quadros DBDI) – Anexo III

- 10.5.1. Um quadro para o fornecimento de materiais e equipamentos (Quadro DBDI-F) e outro para os serviços (Quadro DBDI-S), sob pena de desclassificação da proposta;
- 10.5.2. No preenchimento dos Quadros – Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra;
- 10.5.3. Deverá ser considerado no BDI, o ISS do município onde serão executados os serviços. No caso de serviços que abranjam municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços;
- 10.5.4. Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- 10.5.5. No detalhamento do BDI – Quadros DBDI, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
- 10.5.6. Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. A licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão de obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência.

- 10.5.7. Os serviços de cercamento, terraceamento e construção de bacias de captação serão executados em conformidade com o Projeto Básico (Projetos Tipo e Especificações Técnicas - anexo VII), de forma que a mobilização e desmobilização de equipamentos deverão estar inclusas no preço proposto.
- 10.5.8. Os custos dos serviços de cercamento, terraceamento e construção de bacias de captação deverão ser previstos para serem executados simultaneamente, quando fizerem parte do mesmo diagnóstico e projeto. A licitante deverá prever em sua proposta os custos com combustível para os deslocamentos necessários e respectivas demandas entre os municípios, bem como lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos que serão utilizados na execução dos serviços objeto deste TR. As despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta pela Licitante.
- 10.5.9. Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.
- 10.5.10. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra, ao transporte de ferramentas e equipamentos necessários à sua execução até o local da execução dos serviços de engenharia.

11. ORÇAMENTO PÚBLICO

- 11.1. Os custos máximos da mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e da instalação do canteiro de apoio dos serviços de engenharia, bem como da construção de instalações permanentes e/ou provisórias, por item, serão aqueles constantes da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo IV, e que integram o presente edital.

12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. Qualificação Técnica

A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- 12.1.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo de referência, conforme legislação vigente.
- 12.1.2. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA ABRANGÊNCIA DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme Anexo II **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), informando que tem conhecimento da abrangência dos locais onde serão executados os serviços de engenharia, emitida pela própria licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.

12.2. Capacidade Técnico Operacional

- 12.2.1. Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, exclusivamente como contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado (s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove que a Licitante tenha executado serviços de implantação de cercamento, terraceamento, construção de bacias de captação e plantio e condução de espécies vegetais herbáceas, arbustivas e arbóreas, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos, conforme discriminado abaixo:

Quadro 15 - Quantidades mínimas comprobatórias de acervo técnico profissional

Itens: 16; 38; 60; 82; 104; 126; 148; 170; 191; 212; 233 e 37; 59; 81; 103; 125; 147; 169		
	SERVIÇO: Execução de cercas	QUANTIDADE
I	Construção de cercas de arame liso ou farpado para isolamento de áreas	5 km
Itens: 10; 31; 53; 75; 97; 119; 141; 163; 185; 206; 227 e 11; 32; 54; 76; 98; 120; 142; 164; 186; 207; 228		
	SERVIÇO: Execução de terraços*	QUANTIDADE
II	Locação e construção de terraços agrícolas.	10 km
Itens: 12; 33; 55; 77; 99; 121; 143; 165; 187; 208; 229/ 13; 34; 56; 78; 100; 122; 144; 166; 188; 209; 230/14; 35; 57; 79; 101; 123; 145; 167; 189; 210; 231 e 15; 36; 58; 80; 102; 124; 146; 168; 190; 211; 232		
	SERVIÇO: Execução de bacias de captação e infiltração de enxurradas - barraginhas*	QUANTIDADE
III	Construção de barraginhas.	300 unidades
Itens: 20; 42; 64; 86; 108; 130; 152; 174; 195; 216; 237		
	SERVIÇO: Plantio e condução de espécies vegetativas de porte herbáceo	QUANTIDADE
IV	Plantio e condução de gramíneas, plantas de cobertura, adubos verdes e/ou leguminosas para recuperação de áreas degradadas ou pastagens.	100 kg de sementes ou 5 hectares
Itens: 21; 43; 65; 87; 109; 131; 153; 175; 196; 217; 238		
	SERVIÇO: Plantio e condução de espécies vegetativas de porte arbustivo e ou arbóreo	QUANTIDADE
V	Plantio e condução de mudas para recuperação de áreas degradadas.	16.000 mudas ou 10 hectares

Legenda: * Serviços que podem ser subcontratados. *No caso de subcontratação para a realização destes serviços, os acervos técnicos referentes **unicamente** a eles podem ser apresentados no ato da assinatura do contrato da empresa vencedora da licitação.

12.2.2. Devido à logística e às condições de execuções dos serviços em áreas rurais, muitas vezes com difícil acesso, será permitido o somatório dos quantitativos em mais de um atestado, obedecendo as seguintes regras:

12.2.2.1. Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

12.2.2.2. Deverá o licitante apresentar e indicar o atestado principal para cada item solicitado no quadro 15.

12.2.2.3. Caso a licitante não indique o atestado principal, a comissão de julgamento adotará aquele com maior quantitativo de cada item, mesmo, se for o menor período de execução.

12.2.2.4. Poderão ser apresentados atestados individuais para cada serviço previsto no quadro 15.

12.2.2.5. O período concomitante para cada atestado complementar (atestado para auxiliar na comprovação dos quantitativos) é:

- Ser totalmente executado dentro do período do atestado principal;
- Caso o atestado principal tenha menos de 730 (setecentos e trinta) dias de execução, será aceito mais um único atestado secundário (para complementar o período)

executado parcialmente com intercessão no período do atestado principal para complementar ou aumentar o período de execução, devidamente indicado pelo licitante, sendo considerado a primeira data de início e última de conclusão de cada atestado como o período de execução.

12.2.2.6. Caso o licitante não indique o atestado secundário, será adotado o de maior prazo apresentado com intercessão com o principal, independente dos quantitativos.

12.2.2.7. Não serão aceitos atestados concluídos antes do início ou iniciados depois do término do período de execução estabelecido para comprovação dos quantitativos.

12.2.2.8. Considerar quantitativos de serviços, por atestado concomitante ao período de execução, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do prazo coincidente em dias com período estabelecido pelo atestado principal ou pelo prazo acrescido com o atestado secundário.

12.2.3. O(s) Atestado(s) devem ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s):

- a) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) responsável(is) à época expedida(s) pelo Crea ou CAU da região onde os serviços foram executados; **ou**
- b) Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO); **ou**
- c) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) do(s) profissional(is) responsável(is) pela obra vinculado(s) no(s) referido(s) atestado(s) e contrato de serviços entre a empresa licitante e a pessoa jurídica de direito público ou privado que emitiu o atestado.

12.2.4. Definem-se como serviços de porte e complexidade semelhantes às aquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Básico ou Executivo – Anexo VII, parte integrante deste Termo de Referência. Os serviços similares que poderão ser aceitos para comprovação do quadro 15 podem ser observados a seguir:

Quadro 16: Serviços considerados similares aos exigidos para o acervo técnico mínimo

Item	Serviços similares
Execução de terraços	- Escavação mecânica de vala, sendo aceito um volume de 450 m ³ , para cada quilômetro de terraço solicitado no quadro 15. - Terraplenagem, considerando 3.000 m ² para cada quilômetro de terraço solicitado no quadro 15.
Execução de bacias de captação de enxurradas	- Escavação mecânica de material de 1ª ou 2ª categoria, considerando 80 m ³ para cada unidade de bacia de captação solicitada no quadro 15.
Plantio e condução de espécies vegetativas de porte herbáceo	- Plantio de culturas anuais, cereais, forrageiras, pastagem, mudas nativas florestais e flores, considerando 1 kg de sementes para cada unidade de plantio e condução de plantas de cobertura do solo solicitada no quadro 15 ou 1 hectare para cada 20 unidades de plantio e condução de plantas de cobertura do solo solicitada no quadro 15.
Plantio e condução de espécies vegetativas de porte arbustivo e ou arbóreo	- Plantio de culturas perenes ou mudas nativas florestais, considerando 1 muda para cada unidade de plantio e condução de plantas de cobertura do solo solicitada no quadro 15, ou 1 hectare para cada hectare solicitado no quadro 15.

- 12.2.5. Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- 12.2.6. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico – CAT, expedida por este conselho, que comprove ter o profissional executado serviço(s) relativo(s) de cercamento, de terraços e bacias de captação de enxurradas e plantio e condução de plantas de cobertura do solo em complexidade similar ou superior ao objeto desta licitação ou serviços similares previstos no quadro 16.
- 12.2.7. Entende-se, para fins deste termo de referência, como pertencente ao quadro permanente:
- a) O empregado;
 - b) O sócio;
 - c) O detentor de contrato de prestação de serviço.
- 12.2.8. A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- 12.2.9. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.
- 12.2.10. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- 12.2.11. Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados:
- a) local de execução;
 - b) nome do contratante e da pessoa jurídica contratada;
 - c) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA;
 - d) descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados; e

e) Caso a licitante participe de mais de um item, não será necessário a repetição da apresentação do mesmo atestado por item, devendo a licitante apenas fazer referência para quais itens destinar-se-ão os atestados apresentados;

12.2.12. Em caso de apresentação de Atestado de desempenho emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das licitantes consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

12.3. Qualificação Econômico-financeira

12.3.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;
- b) Registro de capital social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para cada grupo.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

12.3.2. Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):
 - Publicados em Diário Oficial; ou
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou,
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- c) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- d) Sociedade criada no exercício em curso:
- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 12.3.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes equações:

Equação 1

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

Equação 2

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Equação 3

$$SG = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

RLP - Realizável a Longo Prazo

PC - Passivo Circulante

PNC - Passivo Não Circulante

AT - Ativo Total

AC - Ativo Circulante

- 12.3.4. No caso de Microempreendedor Individual – MEI – o mesmo deve apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (Acórdão nº 133/2022 - Plenário).

13. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. Para a elaboração da composição de preços foram utilizadas as tabelas de referências de preços SINAPI, SICRO, Codevasf e EMBASA, bem como cotações.
- 13.2. O valor máximo global orçado é de **R\$ 99.020.633,84** (noventa e nove milhões e vinte mil e seiscentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), a preços de novembro de 2024, referente ao somatório dos Grupos 1 a 11, detalhados no anexo V, assim distribuídos:
- 13.3. **Grupo 1:** Orçado em **R\$ 12.256.974,71** (doze milhões e duzentos e cinquenta e seis mil e novecentos e setenta e quatro reais e setenta e um centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.4. **Grupo 2:** Orçado em **R\$ 19.279.872,55** (dezenove milhões e duzentos e setenta e nove mil e oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.5. **Grupo 3:** Orçado em **R\$ 8.461.999,37** (oito milhões e quatrocentos e sessenta e um mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.6. **Grupo 4:** Orçado em **R\$ 9.425.595,00** (nove milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e quinhentos e noventa e cinco reais), a preços de novembro de 2024.
- 13.7. **Grupo 5:** Orçado em **R\$ 8.707.823,07** (oito milhões e setecentos e sete mil e oitocentos e vinte e três reais e sete centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.8. **Grupo 6:** Orçado em **R\$ 5.617.706,72** (cinco milhões e seiscentos e dezessete mil e setecentos e seis reais e setenta e dois centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.9. **Grupo 7:** Orçado em **R\$ 7.581.389,43** (sete milhões e quinhentos e oitenta e um mil e trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.10. **Grupo 8:** Orçado em **R\$ 11.413.909,46** (onze milhões e quatrocentos e treze mil e novecentos e nove reais e quarenta e seis centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.11. **Grupo 9:** Orçado em **R\$ 5.830.329,72** (cinco milhões e oitocentos e trinta mil e trezentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.12. **Grupo 10:** Orçado em **R\$ 5.480.964,65** (cinco milhões e quatrocentos e oitenta mil e novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), a preços de novembro de 2024.

- 13.13. **Grupo 11:** Orçado em **R\$ 4.964.069,16** (quatro milhões e novecentos e sessenta e quatro mil e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), a preços de novembro de 2024.
- 13.14. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 13.15. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos, os emolumentos, mobilização e desmobilização. Os quantitativos e os preços de referência da Codevasf para os itens necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo IV, parte integrante deste Termo de Referência.
- 13.16. As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços serão definidas na etapa de formalização do CONTRATO, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23/1/2013.
- 13.17. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 13.18. Os preços a serem apresentados nas propostas das licitantes deverão cobrir os custos de transporte até o local de execução dos serviços, a aquisição de todos os materiais e insumos necessários para a execução das ações contratadas bem como, a disponibilização de mão de obra qualificada e competente.
- Os custos de mobilização/desmobilização estão inclusos no preço unitário máximo estimado para cada item. Para os cálculos, foram consideradas as distâncias apresentadas no quadro a seguir, bem como o peso estimado dos maquinários e veículos:

Quadro 17 - DMT para máquinas e veículos

ORIGEM	DESTINO	UF	DMT (KM)
Cidades Polo AL	Municípios AL	AL	100
Cidades Polo AP	Municípios AP	AP	250
Cidades Polo BA	Municípios BA	BA	350
Brasília – DF	Áreas rurais do Distrito Federal	DF	50
Cidades Polo GO	Municípios GO	GO	200
Cidades Polo MA	Municípios MA	MA	250
Cidades Polo MG	Municípios MG (Área de Atuação Codevasf)	MG	250
Cidades Polo PA	Municípios PA (Bacia Tocantins-Araguaia)	PA	350
Cidades Polo PB	Municípios PB	PB	200
Cidades Polo PE	Municípios PE	PE	200
Cidades Polo PI	Municípios PI	PI	300
Cidades Polo SE	Municípios SE	SE	89
Cidades Polo TO	Municípios TO	TO	300

- 13.19. Os preços a serem apresentados nas propostas das licitantes deverão cobrir gastos com elaboração de PRAD ou PRV ou PREV, bem como replantio de até 30% (trinta por cento) das mudas plantadas inicialmente referentes ao serviço de “ELABORAÇÃO DE PRAD,

PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %”.

- 13.20. Em caso de contratação dos serviços licitados, as quantidades a serem contratadas, por instrumento, deverão representar valor contratual de R\$200.000,00 ou mais.
- 13.21. A execução de acessos de forma mecânica deverá ser autorizada pela fiscalização e incluso os custos no preço unitário.
- 13.22. Poderá ser celebrado contrato único para execução dos projetos em localizações diferentes nas bacias hidrográficas ou contratos por projetos/localidades a serem executados simultaneamente.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1. O prazo para execução do objeto deste TR, via cada contrato, é contado em dias, a partir da data de emissão da ordem de serviço, conforme especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes com 60 (sessenta) dias antes do encerramento do contrato.
- 14.2. O prazo para vigência de cada contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da ordem de serviço, será o prazo de execução do objeto do TR, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para aprovação dos serviços e expedição do termo de encerramento físico - TEF.
- 14.3. O prazo total de cada contrato será em dias, conforme cálculos abaixo:

SE $M > 0$, $P = 913$;

SE $M = 0$, $P = \text{MAIOR} \{ ((B_4 \times 0,17) + (B_6 \times 0,28) + (B_9 \times 0,62) + (B_{12} \times 1,00)); (T \times 1,18); ((C_B \times 8,33) + (C_C \times 10,00)); ((A_F \times 0,063) + (A_G \times 0,063) + (A_C \times 0,167) + (C_S \times 0,110) + (A_S \times 0,073) + (D_S \times 0,15)); (A \times 0,49) \} + 90$

Logo, se não for contratada revegetação mediante plantio, monitoramento e manutenção de mudas, o prazo de execução dos serviços será o maior valor dentre as multiplicações, adicionado de 90. Em caso de número decimal, arredondar para o número inteiro superior.

Onde:

P = Prazo total do contrato em dias;

B₄ = nº de barraginhas de raio 4 m;

B₆ = nº de barraginhas de raio 6 m;

B₉ = nº de barraginhas de raio 9 m;

B₁₂ = nº de barraginhas de raio 12 m;

T = quilômetros de terraços;

C_B = metros de cercas bovinos,

C_C = metros de cercas caprinos,

- A_F** = nº de análises de fertilidade;
A_G = nº de análises de granulometria de solo,
A_C = nº de análises de compactação de solo,
C_S = área em hectares a receber calagem de solo,
A_S = área em hectares a receber adubação de solo,
D_S = área em hectares a receber descompactação de solo,
A = Área em hectares a receber adequação ambiental de pastagens degradadas;
M = Número de mudas a plantar, monitorar e manter.

- 14.4. O prazo para vigência da Ata de Registro de Preços - ARP será de 12 (doze) meses.
- 14.5. O prazo de vigência do contrato será o prazo de execução dos serviços, acrescido de 90 dias, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa e justificada das partes.
- 14.6. O prazo máximo de execução do objeto é de 913 dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 14.7. A formalização do início da execução das atividades será mediante Ordem de Serviço, devidamente assinada pela Autoridade Competente.
- 14.8. A Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 180 dias da assinatura do contrato, prorrogável até o limite de 365 dias.
- 14.9. A Ordem de Serviço somente será emitida após a integralização da Garantia de Execução.

15. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais conforme o que foi efetivamente executado no período, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência e da apresentação pela contratada do livro Diário de Obras assinado pelo fiscal do contrato e pelo preposto da contratada, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- 15.2. A Codevasf somente pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico-financeiro e atualização financeira.
- 15.3. Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados, assentados e utilizados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.
- 15.4. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital

e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

- 15.5. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplimento de cada parcela.
- 15.6. A nota fiscal/fatura deverá detalhar os valores de mão-de-obra, equipamentos e materiais, conforme proposta financeira aprovada pela Codevasf na licitação.
- 15.7. Os pagamentos referentes aos serviços de “ELABORAÇÃO DE PRAD, PRV OU PREV, PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO POR 24 MESES DE ESPÉCIES VEGETAIS ARBUSTIVAS E ARBÓREAS, COM REPOSIÇÃO DE ATÉ 30 %” serão divididos de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 18 - Cronograma de desembolso (percentual a pagar do item)

Ação	Elaboração do PRAD ou PRV ou PREV	Plantio (início do período mais chuvoso)	Semestre 1 (início do período menos chuvoso)	Semestre 2 (início do período mais chuvoso)	Semestre 3 (início do período menos chuvoso)	Semestre 4 (início do período mais chuvoso)
Mês após ordem de serviço (aproximado)	0 a 6	6	12	18	24	30
PRAD ou PRV ou PREV	4%		-	-	-	-
Implantação	-	60%	-	-	-	-
Monitoramento	-	-	2%	2%	2%	2%
Manutenção	-	-	3%	11%	3%	11%

- 15.7.1. Serviços de pedologia, aerolevantamento e análises de solo são pagos à parte. A fiscalização deverá autorizar previamente os quantitativos propostos pela Contratada;
- 15.7.2. 4% do valor do item após a conclusão da etapa de elaboração do PRAD ou PRV ou PREV, aprovada pela fiscalização;
- 15.7.3. 60% do valor do item após a conclusão do primeiro plantio de mudas, aprovada pela fiscalização, incluindo preparo do terreno e do solo, bem como todos os demais serviços necessários inclusos no item;
- 15.7.4. 2% do valor do item após a conclusão de cada monitoramento, aprovado pela fiscalização.
- 15.7.5. 3% do valor do item após a realização de manutenção no início do período menos chuvoso do ano hidrológico, aprovada pela fiscalização;
- 15.7.6. 11 % do valor do item após a realização de manutenção no início do período mais chuvoso do ano hidrológico, aprovada pela fiscalização.
- 15.8. Referente ao serviço de replantio de mudas, este termo bem como seus anexos e documentos adjacentes prevê recursos para 30% de replantio. Se a quantidade de 30% não for suficiente a área passará por uma auditoria. Caso seja aprovado o replantio acima de 30 %, o restante das mudas será ressarcido ao contratado. O cálculo do percentual

de replantio se dará por bloco de área em recuperação. Será considerado um bloco uma área ininterrupta, com fitofisionomia original similar.

- 15.9. Com relação ao pagamento pelo serviço de “PLANTIO, MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS HERBÁCEAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS” será realizado de acordo com a conclusão e entrega de cada etapa dos serviços que foram divididos de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 19 - Cronograma de desembolso (percentual a pagar do item)

Ação	Elaboração do PREV	Plantio (início do período mais chuvoso)	Semestre 1 (início do período menos chuvoso)	Semestre 2 (início do período mais chuvoso)
Mês após ordem de serviço (aproximado)	0 a 6	6	12	18
Elaboração do PREV (plano de revegetação e/ou enriquecimento de vegetação)	1,5%	-	-	-
Implantação	-	94,5%	-	-
Monitoramento	-	-	2%	2%

- 15.10. Primeiro deve ser realizado um estudo para definição das áreas de pastagens a serem recuperadas e das espécies a serem plantadas. Este estudo deve ser registrado em um relatório denominado “Plano de revegetação e/ou enriquecimento de pastagem”. Este relatório deve conter todo o planejamento para o plantio das espécies de cobertura, desde o preparo do solo e as etapas utilizadas levando-se em conta as análises realizadas até a justificativa para escolha da espécie a ser plantada. Deve conter também quais os tratos culturais essas plantas receberão.
- 15.11. Após o plantio que deve ser realizado no início do período chuvoso essas plantas devem ser monitoradas por mais 12 meses (para englobar uma época mais seca e uma mais chuvosa do ano). Após o monitoramento deve ser verificada a taxa de estabelecimento das plantas em campo e registrado em forma de relatório.
- 15.12. Caso a taxa de estabelecimento dessas plantas seja inferior a 70% as causas devem ser analisadas pelo fiscal do contrato e caso não haja erro na implantação e/ou condução por parte da empresa e nem do proprietário da área deve ser definido em conjunto com o fiscal do contrato o replantio ou não desta área.
- 15.13. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

15.14. É condição obrigatória para o ateste das medições a apresentação, por parte da contratada, do Diário de Obras, assim como os resultados dos ensaios de controle tecnológico, assinado pelo fiscal e pelo preposto da contratada.

16. REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data limite de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a variação do índice setorial publicado na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 38 (AO 157956, terraplenagem), aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

16.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Onde:

$I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

16.3. Por se tratar de serviços comuns de engenharia, está previsto o reajustamento a partir da data base de orçamento da Codevasf com o objetivo de cobrir variações de custos horários dos equipamentos e mão-de-obra no período vigente da ATA.

17. MULTAS

17.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

17.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

17.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos a seguir:

17.3.1. Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratual atualizado.

Quadro 20 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Diário de Obras ou no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

17.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados no quadro 20, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

17.5. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão dos artigos 167 e 168, inciso V, do RILC.

17.6. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.

17.6.1. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;

17.6.2. Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos

pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

- 17.6.3. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- 17.6.4. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AA/GFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 17.7. A Contratada terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 17.8. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 17.9. Em caso de ser dado provimento ao recurso apresentado, não sendo aplicada a multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 17.10. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 18.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 18.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 18.3. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência de Revitalização na Área de Revitalização e desenvolvimento territorial da Codevasf.

- 18.4. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.
- 18.5. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 18.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 18.7. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 18.8. A ordem de serviço não será emitida antes do recolhimento da garantia contratual.
- 18.9. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 18.10. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 18.11. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- 18.11.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 18.11.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.11.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 18.11.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19. FISCALIZAÇÃO

- 19.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 19.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

- 19.3. Participar da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde serão definidos todos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o “*start up*” da execução dos serviços.
- 19.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “*in loco*”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 19.5. Conferir a presença em campo dos equipamentos indicados pela Contratada.
- 19.6. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 19.7. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 19.8. Acompanhar a elaboração do “*as built*” (como construído) ao longo da execução dos serviços, quando couber.
- 19.9. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 19.10. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 19.11. Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor do contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico – RAF.
- 19.12. Efetuar os registros e ocorrências diariamente no Diário da Obra, quando couber.
- 19.13. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 19.14. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor do contrato ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 19.15. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor do contrato ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros,

cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

- 19.16. Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 19.17. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 19.18. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 19.19. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 19.20. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou gestor do contrato ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 19.21. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 19.22. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor do contrato ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 19.23. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 19.24. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 19.25. Receber as etapas de obra, serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 19.26. Informar ao gestor do contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

- 19.27. Receber provisoriamente as aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, enquanto não for designada comissão de recebimento ou outro empregado, para o recebimento definitivo.
- 19.28. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 19.29. Realizar vistorias no local de execução dos serviços e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 19.30. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.
- 19.31. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 19.32. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 19.33. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 20.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico (TEF) e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar os serviços descritos no TR, conforme o projeto executivo elaborado e as especificações técnicas estabelecidas pela Codevasf.
- 20.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 20.3. O recebimento do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- 20.3.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- 20.3.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.4. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 20.4.1. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 20.4.2. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 90 dias para verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo sobre o empreendimento.
- 20.4.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Edital.
- 20.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
- 20.7. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 20.8. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Execução dos serviços;
 - Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
 - Liberação da Caução Contratual.
- 20.9. Aceitos e aprovados os serviços, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 20.10. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf (Relatório sobre todos os serviços executados).

- 20.11. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 20.12. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

21.SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 21.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:
- 21.1.1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- 21.1.2. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- 21.1.3. Constituir e manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

22.CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 22.1. A Contratada deverá executar a obra em conformidade com a legislação ambiental aplicável ao local de execução dos serviços.
- 22.2. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:
- 22.2.1. Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- 22.2.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- 22.3. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
- 22.3.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- 22.3.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 22.3.3. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Anvisa;

- 22.3.4. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 22.3.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 22.3.6. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 22.3.7. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.
- 22.4. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 5/7/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/1/2010, nos seguintes termos:
- 22.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 22.5. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307, de 5/7/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 22.5.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- 22.5.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 22.5.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 22.5.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

- 22.6. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos de água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 22.7. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 22.8. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 22.8.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005 e legislação correlata;
- 22.8.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005, e legislação correlata;
- 22.8.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dá-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução Conama nº 362, de 23/6/2005, e legislação correlata.
- 22.9. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.
- 22.10. A contratada deverá adotar medidas de gerenciamento de riscos e seguir as orientações previstas em normas e na legislação federal, do Distrito Federal e dos estados, para evitar a contaminação do solo e da água por combustíveis e lubrificantes em função da execução dos serviços previstos nesse TR e/ou por ocasião de manutenção e abastecimento das máquinas utilizadas na execução contratual, bem como para adoção de medidas de mitigação em caso de acidentes com potencial de contaminação.

- 22.11. A contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá quando couber:
- 22.11.1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- 22.11.2. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- 22.11.3. Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf, antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- 23.1.1. Garantia/ Caução no valor de 5% (cinco por cento) do valor de cada contrato, individual por instrumento, conforme item 18.1;
- 23.1.2. Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução;
- 23.1.3. As anotações de responsabilidade técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86;
- 23.1.4. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas nos itens 8 e 12 deste TR.
- a) Ao requerer autorização para subcontratação dos serviços especializados, deverá comprovar perante a Codevasf a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista, qualificação técnica mediante a apresentação de atestado de ter executado serviços similares à parcela do serviço que será subcontratado, qualificação econômico-financeira, bem como declaração que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na Codevasf, relativos à sua subcontratada, respondendo solidariamente com esta pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.
- 23.1.5. O cronograma físico-financeiro de cada contrato a ser apresentado pela contratada deverá atender às exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Por ocasião da necessidade de campo e durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016) poderá ser se ajustado.

- 23.1.6. Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução, devendo ser complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das fases de implantação, respeitando os prazos parcial e final para execução dos serviços. Na formulação do plano de trabalho proposto a CONTRATADA deverá considerar, necessariamente, as diretrizes, recomendações e exigências previstas no Plano de Controle Ambiental e outros Planos Ambientais decorrentes e o esquema organizacional da CONTRATADA para execução dos serviços.
- 23.1.7. Auxiliar na regularização ambiental das localidades onde serão realizados os serviços, elaborando documentos necessários e protocolando nos órgãos competentes com anuência da Codevasf.
- 23.1.8. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A Contratada quando da solicitação de autorização para os serviços parciais a serem subcontratados deverá demonstrar em serviços e/ou fornecimentos que serão subcontratados, bem como, comprovar as exigências da habilitação, conforme descrito abaixo, da empresa subcontratada, respeitando as parcelas que podem ser subcontratadas que deverão ser previamente aprovada pela Fiscalização da Codevasf:
- a) Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira deverá ser atendida conforme exigência do Edital;
 - b) Registro ou inscrição da SUBCONTRATADA no Conselho de Classe Profissional (e.g. CREA), demonstrando o ramo de atividade (em sua disciplina subcontratada);
 - c) Comprovação de **capacidade técnica-operacional** da Subcontratada, representado por certidão(ões) ou atestado(s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado da CAT – Certidão de Acervo Técnico do profissional responsável à época ou da Certidão de Acervo Operacional, comprovando a execução de serviços similares àqueles que serão subcontratados, em empreendimentos de porte similar ao objeto da licitação;
 - d) Declaração de que entre os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf
 - e) Durante a execução do contrato a Subcontratada indicada pode ser substituída por empresa com capacidade equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Codevasf
 - f) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, tanto do projeto executivo quanto da execução da obra, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 1.137 de 31/3/2023.

- g) Relação dos equipamentos, com as devidas especificações técnicas, que serão utilizados na execução dos serviços.
- h) Manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

23.2. Por definição da Codevasf, a contratada deverá mobilizar quantas frentes de serviço (completas, conforme planilha orçamentária, aba “Projetos_Quant_Grupos”) forem necessários, simultaneamente, de acordo com o valor do contrato.

23.3. A Contratada deverá atender à demanda de disponibilização de frentes de serviço solicitada pelo fiscal do contrato.

23.4. A Contratada deverá respeitar os seguintes prazos:

23.4.1. Após a emissão da Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar o Projeto Executivo em até 30 (trinta) dias.

23.4.2. Após a aprovação do Projeto Executivo, a Contratada deverá mobilizar os equipamentos para execução dos serviços dentro do prazo de até 10 dias.

23.4.3. Os prazos estabelecidos nos subitens anteriores poderão ser dilatados.

23.5. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Codevasf em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.

23.6. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

23.7. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.

23.8. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

23.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.

23.10. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao Crea ou CAU do local de execução dos serviços de engenharia.

- 23.11. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 23.12. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 23.13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade da Codevasf e dos órgãos de controle interno e externo.
- 23.14. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução Confea nº 1.121 de 13/12/2019.
- 23.15. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 23.16. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 23.17. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 23.18. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 23.19. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 23.20. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 23.21. A CONTRATADA deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor

privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

23.22. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços de engenharia, objeto da presente licitação, atender ainda às seguintes normas complementares:

23.22.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.

23.22.2. Normas técnicas da ABNT, do INMETRO e do DNIT, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

23.22.3. Atendimento a todas as condicionantes ambientais das licenças, quando couber.

23.22.4. Manter em local visível no canteiro de obras cópia da Anuência Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.

23.22.5. Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução dos serviços, quando couber.

23.22.6. Ao final dos serviços as instalações do canteiro de obra deverão ser demolidas e as áreas devidamente recuperadas, conforme as recomendações básicas para a proteção ambiental.

23.22.7. Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função dos serviços, quando couber.

23.23. Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com a legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.

23.24. A contratada deverá emitir um relatório mensal específico acerca da regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.

23.25. Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico de geotecnia e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta no preço da administração local, sendo que ao final dos serviços todos os equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.

- 23.26. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.
- 23.27. Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade dos serviços, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.
- 23.28. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local ou decorrentes da execução do objeto desta licitação, bem como pelos danos que vier causar à Codevasf e a terceiros.
- 23.29. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços, inclusive dos barracões e instalações.
- 23.30. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 23.31. No momento da desmobilização, para a liberação da última parcela, faz-se necessário a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente as despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 23.32. A CONTRATADA deverá apresentar em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço um Preposto, aceito pela Codevasf, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado, sob pena de sanções administrativas.
- 23.33. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada ao local dos serviços, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da Codevasf.
- 23.34. O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços de engenharia, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- 23.35. Durante a execução dos serviços, caberá à CONTRATADA instalar e manter no local dos serviços 1 (uma) placa de identificação dos serviços de engenharia conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução Confea nº 407 de 9/8/1996.
- 23.36. A placa de identificação dos serviços deve ser no padrão definido pela Codevasf e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a

Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo VIII.

- 23.37. Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.
- 23.38. Manter no local dos serviços de engenharia um Diário de Obras, no qual serão feitas anotações diárias contendo no mínimo as seguintes informações:
- 23.38.1. Quantitativo de mão de obra e equipamentos discriminados por tipo e especialidade e materiais utilizados;
- 23.38.2. Registros da visita da fiscalização à obra e eventuais determinações realizadas pelos fiscais da Companhia durante as fiscalizações;
- 23.38.3. Dias de chuva ou outras ocorrências que impactam no andamento das obras e serviços;
- 23.38.4. Indicações dos serviços em execução no dia, inclusive, com indicação do local (estaca, segmento ou coordenadas);
- 23.38.5. Reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes.
- 23.38.6. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da Codevasf após a conclusão dos serviços de engenharia.
- 23.38.7. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantia a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 23.38.8. Responder financeiramente, sem prejuízo de outras medidas que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, município ou terceiros, em razão da execução dos serviços de engenharia.
- 23.38.9. Fazer com que os componentes da equipe de mão de obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 23.38.10. Manter no local dos serviços de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ARTs, anuências ambientais, projeto executivo, alvarás, etc).
- 23.39. A contratada será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do serviço contratado.
- 23.40. Correrão por conta da contratada as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela Codevasf, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 23.41. Durante a execução dos serviços, caberá à CONTRATADA as seguintes medidas:

- 23.41.1. Instalar e manter 01 (uma) placa de identificação da obra, em local a ser indicado pela fiscalização, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (Codevasf), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.
- a) A placa de identificação das obras e serviços deve ser no padrão definido pela Codevasf e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação “Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas”, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo VIII.

24. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 24.1. A prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;
- 24.2. Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- 24.3. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 24.4. Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação;
- 24.5. Realizar o procedimento licitatório;
- 24.6. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 24.7. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 24.8. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
- 24.9. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 24.10. Receber o objeto licitado no prazo e nas condições estabelecidas neste termo de referência;
- 24.11. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelos beneficiários das Atas de Registro de Preços;
- 24.12. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao serviço executado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- 24.13. Exigir da contratada o cumprimento integral do contrato;
- 24.14. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada, através de correspondências protocoladas;
- 24.15. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato;

- 24.16. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas;
- 24.17. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 24.18. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 24.19. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 24.20. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 24.21. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

25. MATRIZ DE RISCOS

- 25.1. Matriz de Risco é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.
- 25.2. A matriz de risco está apresentada no Anexo IX deste Termo de Referência com o objetivo de definir as áreas a que estão expostas à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 25.3. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Risco é da Codevasf.
- 25.4. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 25.5. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 25.6. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 25.7. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

- 25.8. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 25.9. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 25.10. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 25.11. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

26. CONDIÇÕES GERAIS

- 26.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do edital, da ata de registro de preços, da ordem de serviço - OS e do contrato a serem firmados com as Licitantes vencedoras, independente de transcrições.
- 26.2. Serviços de Engenharia, de acordo com o Código Civil Brasileiro, têm um prazo mínimo de garantia de 5 (cinco) anos. Ou seja, a contratada deve responder, durante esse período após emissão do Termo de Encerramento Físico - TEF, pela solidez e qualidade dos serviços e segurança do trabalho.
- 26.3. O resultado do fornecimento e execução dos serviços objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto das obras, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 26.4. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.

27. ANEXOS

27.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

Anexo I: Detalhamento das Justificativas;

Anexo II: Modelo de declaração de ciência da abrangência dos locais de execução dos serviços;

Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista e Detalhamento do BDI;

Anexo IV: Planilha de custos do orçamento de referência

Anexo V: Detalhamento da planilha de custos do orçamento de referência

Anexo VI: Planilhas modelo para apresentação propostas (Documento associado ao processo);

Anexo VII: Projeto básico (projetos tipo) e especificações técnicas;

Anexo VIII: Modelo de placa de obra, manual de uso da marca do governo federal e instruções para utilização da logomarca

Anexo IX: Matriz de Risco

Anexo X: Relação da área de atuação da Codevasf objeto deste TR;

Anexo XI: Quadros Resumo de Quantitativo e de Distribuição;

Anexo XII: Modelo de Diário de Obras.

Responsável pelas informações:

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Patricia Cristina Ribeiro Silva

Analista em desenvolvimento Regional - Engenharia Agrônômica
Gerência de Revitalização – Unidade de Conservação Ambiental